

GESTÃO TERRITORIAL NA TERRA INDÍGENA XAKRIABÁ E A GEOPOLÍTICA DAS RETOMADAS.

Emerson Ferreira Guerra¹

Reumo

O povo indígena *Xakriabá* é pertencente à família lingüística Jê e ao grupo *Akwê*. Sua terra localiza-se no estado de Minas Gerais no Município de São João das Missões. A terra indígena homologada em 1987 totaliza 46.415 ha e posteriormente foi homologada em 2003 a terra indígena Rancharia com 6.798 ha. A população *Xakriabá* totaliza oito mil pessoas distribuídas em 33 aldeias e sub-aldeias. Esta pesquisa realizou um estudo sobre como o povo *Xakriabá* vem desenvolvendo atividades de gestão territorial no âmbito de sua terra. O objetivo deste trabalho é discutir a relação dos *Xakriabá* com seu território a partir das ocupações e retomadas de terra. A metodologia partiu de uma revisão bibliográfica com o objetivo de levantar o máximo de informações possíveis sobre o referido povo bem como sobre o tema em discussão. A coleta de dados aconteceu de duas formas. A primeira por meio de trabalhos de campo orientados pelo método antropológico da observação participante. A segunda consistiu na realização de oficinas com professores e lideranças *Xakriabá* onde foram produzidos diversos materiais como mapas e narrativas, que constituem registros deste povo sobre um importante momento histórico de re-territorialização e da afirmação da identidade *Xakriabá* perante a sociedade nacional.

Palavras chave: *Xakriabá*; território; terra indígena; retomadas de terra

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Email: roptyc@yahoo.com.br

No Brasil do século XXI, permanecem cerca de 227 etnias indígenas falando 180 línguas, distintas do português, com uma população de, aproximadamente, 650.000 pessoas, incluindo as que vivem fora de suas terras além das 490.000 aldeadas. De acordo com a Funai, as terras indígenas totalizavam, até 2006, 612 áreas numa extensão de 106.373.144 ha; recentemente, o Ministério da Justiça reconheceu mais 400.000 ha. A maior parte dessas terras concentra-se na Amazônia Legal, despertando o interesse mundial, principalmente pela riqueza da biodiversidade dessa região, cujo conhecimento tradicional está nas mãos das populações que vivem e manejam, ancestralmente, seus ecossistemas.

A constituição de 1988, em seu artigo 231 e inciso primeiro, caracteriza Terras Indígenas como sendo terras tradicionalmente ocupadas pelos índios ou por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Uma questão fundamental para os povos indígenas é a necessidade de manterem suas terras, e por vezes ampliá-las, e sobreviverem delas garantindo, ainda, o sustento das futuras gerações. O desafio aumenta para os povos que habitam terras insuficientes para sua sobrevivência e que ainda são constantemente invadidas. Isso demanda um olhar para além dos limites demarcatórios e que proporcione o entendimento das relações estabelecidas nas fronteiras, que são vivas, permeáveis e construídas historicamente.

Uma das maiores demandas das comunidades indígenas, na atualidade, é a gestão, proteção e ampliação de terras indígenas conciliando preservação socioambiental e fortalecimento econômico das populações envolvidas. A busca de subsídios teórico-metodológicos como ferramenta para o processo de etnodesenvolvimento e autonomia dos povos indígenas, principalmente, se for direcionado para a adoção de políticas públicas específicas para a problemática dessas terras constituiria um significativo avanço para o movimento indígena. Estas medidas estão intimamente associadas à preservação de culturas tradicionais e importantes áreas naturais a elas relacionadas conforme suas lógicas próprias.

Diante destas questões cabe-nos buscar um maior entendimento sobre as questões territoriais e seus processos de desterritorialização e re-territorialização (HAESBAERT, 2004) em diversas perspectivas de grupos étnicos. Essas dimensões de análise propiciam uma visão crítica no que tange ao ordenamento territorial envolvendo terras indígenas no Brasil.

Torna-se, portanto, imprescindível a busca de alternativas econômicas respeitando a peculiaridade cultural de cada povo e suas aspirações para o futuro. Para isso, faz-se necessário incentivar a organização política indígena com foco nas políticas indigenistas. Por outro lado, a regularização fundiária das Terras Indígenas e a luta pela terra não se exauriram, havendo muito a ser feito no sentido de ações demarcatórias, retomadas e identificação de territórios tradicionais. Partindo desta problemática este trabalho é motivado a entender como a relação dos *Xakriabá* com sua terra opera por uma lógica própria contextualizada com processos históricos regionais e nacionais.

Nosso objetivo consistiu em conhecer e as ações de retomadas de terra e re-territorialização em andamento na Terra indígena *Xakriabá*. Para o cumprimento do objetivo supracitados desenvolvemos uma metodologia de trabalho condizente com a situação e possibilidades do campo e subsidiada por diversas atividades com comunidades *Xakriabá* e de acordo com orientações e permissão de lideranças do referido povo.

A atividade inicial do trabalho consistira em uma revisão bibliográfica com o objetivo de levantar o máximo de informações possíveis sobre o povo *Xakriabá* bem como sobre o tema em discussão de forma mais ampla. Nesta revisão interessa-nos, sobretudo, uma breve abordagem do histórico dos povos indígenas no Brasil e no norte de Minas Gerais, O processo de demarcação da Terra Indígena associado a uma afirmação da identidade étnica deste povo, sua inserção no movimento da política indigenista após a constituição de 1988. A etapa posterior está fundamentada no levantamento de dados pertinentes aos objetivos apresentados junto a representantes do povo *Xakriabá* como presidentes de associações indígenas, professores, representantes de comunidades, caciques e demais lideranças.

As atividades aconteceram de duas formas. A primeira foi por meio de trabalhos de campo. A segunda pautou-se na realização de cursos de extensão destinados aos presidentes de associações e demais pessoas envolvidas no desenvolvimento de projetos

onde serão discutidos e abordados temas pertinentes à pesquisa constituindo assim uma valiosa fonte de informações.

Todas as ações aconteceram nos anos de 2007 e 2008 no âmbito de um grupo consolidado no Centro Integrado de Educação do Vale do São Francisco – CEIVA, composto por professores e alunos que vem desenvolvendo atividades de extensão, orientação de trabalhos e pesquisa em nível de iniciação científica e pós-graduações relacionadas ao povo *Xakriabá* sendo denominado Grupo de Extensão e Pesquisa sobre o Povo *Xakriabá* – GEPPX. A atuação deste grupo teve o objetivo de proporcionar intercâmbio entre professores e estudantes que desenvolvem trabalhos com os *Xakriabá* para que pudessem trabalhar de forma articulada e integrada facilitando e enriquecendo suas respectivas atividades. Algumas parcerias foram fundamentais como com as associações indígenas e o CEFET de Januária – MG.

Realizamos dois trabalhos de campo com estudantes do curso de graduação em geografia na Terra Indígena *Xakriabá* com o intuito de conhecer os projetos em execução em diferentes aldeias e comunidades. Nossa primeira atividade aconteceu na aldeia Brejo do Mata Fome onde que é uma das mais estruturadas com relação a equipamentos de educação e saúde além de funcionar como centro para questões administrativas e reuniões diversas. A aldeia que nos recebia era a Barreiro Preto que é um pólo no que tange à questão de projetos de grande relevância para os indígenas. Nesta aldeia fomos recebidos com apresentações culturais e foram feitas conversas sobre vários aspectos contemporâneos referentes à Terra Indígena.

A segunda etapa do trabalho consistiu na realização de dois módulos de um curso de gestão territorial ministrados no âmbito do EJA – *Xakriabá* oferecido pelo CEFET de Januária. Vale ressaltar que este projeto EJA foi o primeiro no Brasil destinado para uma turma integralmente indígena.

No primeiro módulo trabalhamos com uma série de materiais como vídeos diversos do movimento indígena, mapas, imagens de satélite e calendários de sistemas agrícolas indígenas. O objetivo maior deste módulo foi o de trabalhar juntos com os estudantes *Xakriabá* conceitos como território, Terra Indígena, limites e fronteiras. Entretanto, o intuito não era o de trazer conceitos prontos e sim construí-los junto com os estudantes de forma participativa. O método utilizado para a construção dos conceitos iniciava com uma chuva de idéias sobre cada termo para que os *Xakriabá* pudessem jogar todas as idéias que os conceitos suscitasse na cabeça deles,

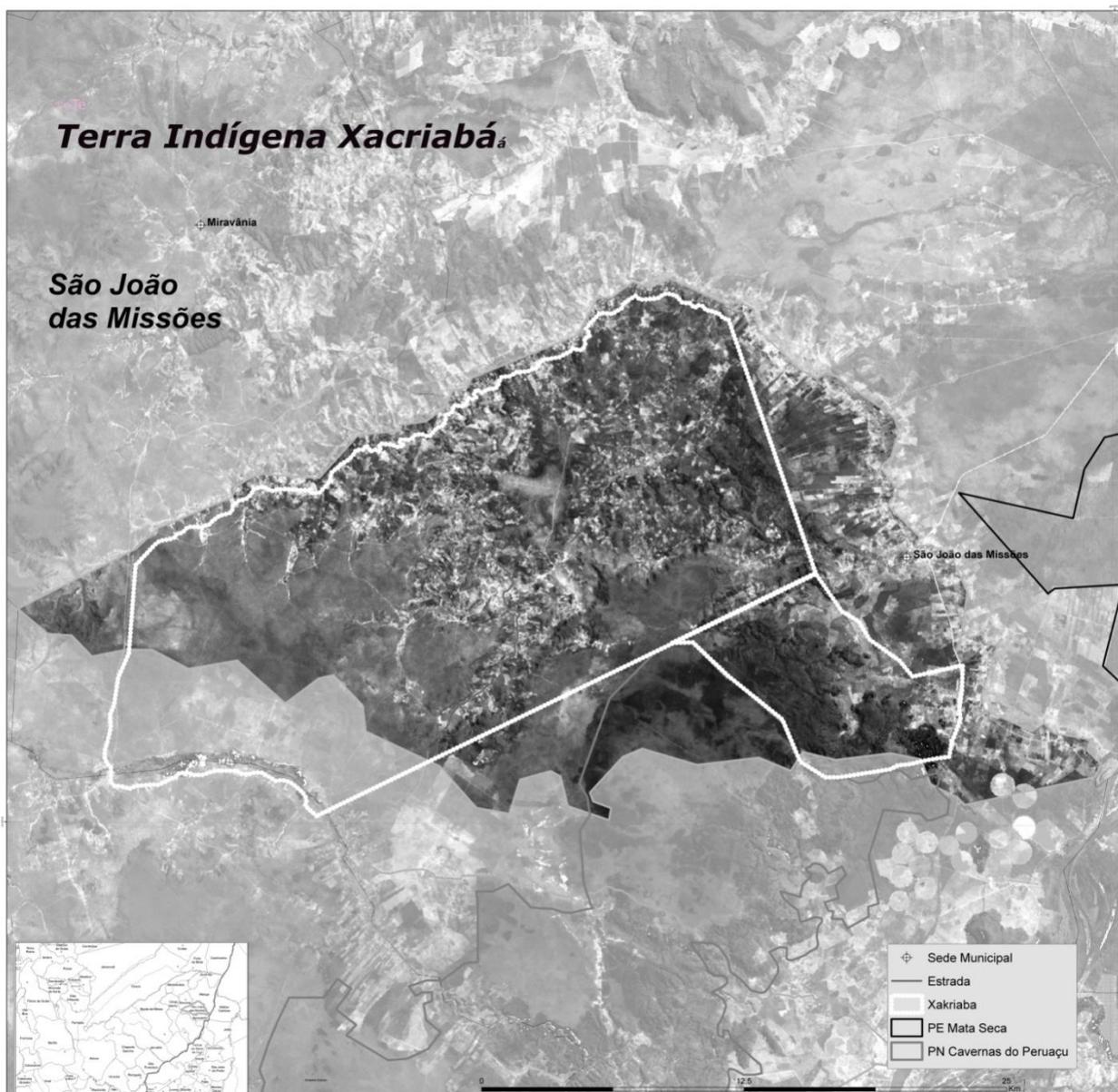
inicialmente de forma desordenada. Depois desse procedimento começávamos a articular todas as palavras e idéias sugeridas pelos participantes da atividade de modo a compor textualmente o conceito até que o texto final estivesse de acordo com o pensamento de todos, bem como se sentirem contemplados com o resultado final.

A partir dessa preparação conceitual partimos para o segundo módulo do curso com o objetivo de discutir a gestão territorial na Terra Indígena *Xakriabá* e trabalhar diversos temas a partir da cartografia com a finalidade dos estudantes produzirem mapas temáticos das questões levantadas sobre a Terra Indígena.

Abordamos a gestão territorial na perspectiva da organização do espaço por meio de ações e decisões políticas pensadas e planejadas para o território. A gestão territorial para povos e comunidades tradicionais demanda um empoderamento desses sujeitos para conduzirem ações políticas para o etnodesenvolvimento de vários setores ligados ao território. Contextualizamos que as decisões políticas e execuções de projetos, articulados e com continuidade, na terra *Xakriabá* constituem formas de gestão territorial.

Realizamos uma oficina sobre noções básicas de cartografia e, em seguida, foram elencados temas considerados importantes para serem representados nos mapas pelos estudantes. Os mapas foram produzidos e renderam resultados muito interessantes. Todos os grupos apresentaram seus trabalhos e, a partir de então, fizemos uma ampla discussão apoiada nesse material e articulando os conceitos elaborados, com os temas cartografados fazendo conexão com os projetos na terra *Xakriabá* na perspectiva do etnodesenvolvimento e da gestão territorial.

O povo indígena *Xakriabá* é pertencente à família lingüística Jê e ao grupo Akwê, junto com os povos *Xavante* e *Xerente* todos habitantes seculares do Brasil central. Sua terra localiza-se no norte do estado de Minas Gerais no Município de São João das Missões à margem esquerda do rio São Francisco, conforme pode ser visualizado na figura 1 a seguir. A Terra Indígena *Xakriabá*, homologada em 1987, totaliza 46.415 há e posteriormente foi homologada em 2003 a Terra Indígena Rancharia com 6.798 há anexada à primeira e totalizando 53.213 há, (Socioambiental, 2004). Esta área é delimitada pelo rio Itacarambi e é composta por áreas de Cerrado, Veredas, Mata Seca e pela Caatinga em uma importante região de ecótono destes biomas. É relevante a presença de relevos Cársticos com maciços de calcário e cavernas na região do vale do *Peruaçu*.



Fonte: Funatura/2007

Figura 1 – Terra indígena *Xakriabá* e Terra Indígena Rancharia

O população *Xakriabá* é composta por, aproximadamente, oito mil pessoas distribuídas em 33 aldeias e sub-aldeias. A língua falada hoje pelos *Xakriabá* é o português sendo que perderam a língua materna e outras tradições após uma longa e conturbada história de contato interétnico. Este fato faz com que tenham um grande empenho em prol da valorização cultural e reafirmação da identidade indígena a exemplo da dança do *Toré* ainda praticada pelo povo.

Os Xakriabá, assim como a maior parte dos povos Jê, desenvolveram hábitos de caçadores e coletores como forma de adaptação à necessidade de subsistência no Cerrado e à disponibilidade de alimentos em ciclos anuais intercalados. Entretanto, com a chegada das frentes pecuaristas em seu território, e conseqüente redução do mesmo, seu sistema produtivo se tornou inoperante dificultando a obtenção de alimentos nos moldes tradicionais e fazendo com que adotassem a agricultura nos moldes regionais como forma alternativa de subsistência, principalmente em função da pressão da sociedade envolvente alterando o ecossistema e disputando seus recursos (Socioambiental,2004). Praticavam uma complexa organização social caracterizada por um sistema de metades e clãs que conferia a disposição espacial circular às aldeias rigidamente controladas conforme o quadrante solar.

O mapa etnohistórico de Curt Nimuendajú (1981) contextualiza ao século XVIII a ocupação dos *Xakriabá* na região entre os rios Urucuia e Paracatu, afluentes da margem esquerda do São Francisco na porção norte de Minas Gerais. Outra indicação se dá ao longo do Rio Palma que é afluente da margem direita do Rio Tocantins no estado de Goiás fazendo limite com o estado da Bahia, especificamente, na nascente do rio Gurgeia, afluente da margem direita do Parnaíba, entre a Bahia e o Piauí.

Ribeiro (1979) corrobora com essas referências apresentadas por Nimuendajú ao afirmar que os indígenas em questão ocupavam junto com os demais *Akwê*, a bacia do rio Tocantins, desde o sul de Goiás até o Maranhão e entre os rios Araguaia e São Francisco. Ainda de acordo com esse autor, o referido território começou ser ameaçado por frentes pecuaristas, provenientes de uma colonização mais sistemática e os primeiros relatos da presença dos *Xakriabá* nas margens do São Francisco surgem no final do séc XVII, mas o contato com portugueses e neo-brasileiros data do século XVI. Neste processo destaca-se o bandeirante paulista Matias Cardoso encarregado pelo governador da província a combater os índios refugiados ao longo do rio São Francisco (SANTOS,1994). Alguns viajantes como Saint-Hilaire relatam este momento e o encontro com os *Xakriabá* conforme a seguinte citação:

“Eram dois primos, Matias Cardoso e Manuel Francisco de Toledo, homens poderosos, que depois de matar um ouvidor, fugiram de sua pátria com a família e escravos. Encontraram nos arredores de Capão uma tribo indígena, a dos Chicriabás ou Xicriabás; fizeram-lhe a princípio guerra; em seguida, porém trataram com eles e firmaram pazes. O rei concedeu aos dois primos a posse de uma e outra margem do São Francisco em toda extensão que pudesse percorrer em um dia, embarcando-se no rio, e

além disso, deu a um dos primos o título de mestre de campo dos índios por duas gerações. Matias Cardoso e Manuel Francisco de Toledo tinham, ao que parece, reduzido grande número de índios à escravidão, como então se praticava, serviram-se desses infelizes para abrir fazendas e construir várias igrejas(...)” (SAINT-HILAIRE, 2000;p.340).

Saint-Hilaire (2000) afirmou ainda não se ver mais índios nos arredores do Capão e os descendentes dos que outrora habitavam essa terra retiravam-se para outros lugares sempre às margens do São Francisco. Edificaram uma aldeia com o nome de São João dos Índios (que veio se tornar a atual São João das Missões) e fundiram-se com negros e mestiços e reclamavam ao Rei o privilégio de serem julgados por um dentre eles, entretanto a lei não concedia essa regalia senão aos índios puros.

Santos (1994) observa que nos séculos XVIII e XIX os *Xakriabá* estabeleceram outros povamentos indígenas que entraram em contato com a frente mineradora em seu avanço pela capitania de Goiás. Existem registros de três aldeias, sendo elas a de Formiga, Rio das Pedras e Sant'anna, todas vizinhas de uma antiga estrada que ligava Goiás a São Paulo e constituía uma importante rota de comércio do período colonial. Essa autora ressalta que o objetivo dos aldeamentos, também compostos por outros indígenas como *Bororo*, *Parecís* e *Kaiapó* era proteger os viajantes ameaçados pelos aguerridos *Kaiapó* e *Akroá*.

Na segunda década do século XVIII a ameaça de conflitos com os *Kaiapó* leva os *Xakriabá* a se aliarem a Januário Cardoso de Almeida, mestre de campo e filho de Matias Cardoso. Como reconhecimento ele lhes concedeu a liberdade e um lote de terras delimitado pelos rios Itacarambi, Peruaçu e São Francisco, pela serra Geral e Boa Vista. Esta extensão coincidiria com os limites atuais do município de Itacarambi, onde hoje se localiza o Posto Indígena *Xakriabá* cuja área atualmente equivale há um terço da terra doada pela carta de 1728 de Januário Cardoso de Almeida, (SANTOS, 1994).

Está teria sido a primeira redução oficial do território *Xakriabá* que posteriormente continuou a ser alvo da presença de posseiros gerando incontáveis conflitos por terra. Esta situação se agravaria na segunda metade do século XX, conforme Santos (1994), em função da valorização do território ainda ocupado pelos indígenas. O final da década de 1960 marca o início de um período tenso e conflituoso com a possibilidade da inclusão de algumas aldeias indígenas num projeto de

desenvolvimento agrícola promovido pela RURALMINAS despertando o interesse de grandes fazendeiros e grupos empresariais. Neste processo a grilagem de terra se intensifica pela compra de posses individuais. A disputa regional por terras gerou episódios violentos como o que culminou no assassinato da liderança *Xakriabá* Rosalino. Este fato se tornou ícone da luta deste povo por sua terra no momento da demarcação e homologação da mesma em 1987.

Conforme Santos (1994) a maioria das informações sobre os *Xakriabá* se restringe a classificações gerais e à localização do seu território em diferentes momentos. Todavia, para o exercício de identificação um movimento territorial em longo prazo essas referências se tornam relevantes desde que sejam utilizadas com certo rigor.

Oliveira (1998) ao abordar questões pertinentes ao processo de laudos periciais para definição de territórios indígenas nos adverte sobre alguns obstáculos nessa tarefa. O primeiro apontamento condiz com expectativas ingênuas de comprovar através de reconstruções históricas do contato inter-étnico que determinado território indígena seja “originário” ou constitui parte de seu “habitat, natural” norteados pela noção de posse imemorial indígena presente no Estatuto do Índio (Lei 6.001/73). Isso se deve a documentação, geralmente, incompleta utilizada por pesquisadores para reconstruir um “território tradicional”. As fontes disponíveis costumam fornecer dados pouco confiáveis sobre os povos indígenas e seus territórios, além de serem incompletas, inconsistentes e carregadas de preconceitos sobre os indígenas. Outro fator é a homogeneização de autodenominações de grupos étnicos e nomes atribuídos por vizinhos ou inimigos, mudanças de nomenclatura de referenciais geográficos o que dificulta proceder a uma localização precisa de povos, aldeias e antigas missões e povoados.

O segundo apontamento é sobre a natureza do território, frequentemente entendido sob formas etnocêntricas e equivocadas. Uma linha de concepção é imaginar o território indígena conforme o modelo de terra como fator de produção, mercadoria com valor passível de alguma quantificação para possuidores individuais, sendo errôneo o estabelecimento de uma relação substantiva entre um grupo étnico e uma parcela do território nacional. Afinal, as demandas dos povos indígenas não podem ser entendidas conforme um modelo de produtores rurais independentes, justamente por configurar um

grupo étnico, que partilha tradições culturais mantendo relações simbólicas com um território que identifica como seu. Outra concepção advém da idéia de uma indissolúvel conexão entre um grupo étnico e um território de forma que a mudança de uma dessas variáveis comprometeria ou inviabilizaria a continuidade da outra. Neste ponto, Oliveira (1998) identifica dois problemas sendo o primeiro pensar o território indígena através da categoria de habitat cujo discurso é comum nas ciências naturais sobre relações entrópicas entre espécies animais e vegetais e determinado meio ambiente. O segundo condiz de uma associação freqüente entre a idéia de habitat ou território indígena e a crença de que de determinado lugar seria originário um povo indígena afirmando temporalmente uma posse imemorial sobre uma terra. Oliveira ressalta que um processo positivo de identificação de territórios indígenas deve inferir sobre:

“... os usos que os índios fazem do seu território, bem como sobre as representações que sobre ele vieram a elaborar. O que inclui desde as práticas de subsistência (como coleta, caça e agricultura) até atividades rituais (como o estabelecimento de cemitérios ou outros sítios sagrados), passando por formas sociais de ocupação e demarcação de espaços (como a construção de habitações e a definição de unidades sociais como a família, a aldeia e a “comunidade política” mais abrangente). Por sua vez as representações sobre o território devem ser investigadas em todas as dimensões e repercussões que possuem isso atingindo não só o domínio do sagrado (onde entram as relações com os mortos, as divindades e os poderes personalizados da natureza), mas também as classificações sobre o meio ambiente e suas diferentes formas de uso e de apropriação, ou ainda as concepções sobre autoridade, poder político, relação com outros povos indígenas e a presença colonial do homem branco.” (OLIVEIRA, 1998:288).

Ainda hoje, o povo *Xakriabá* reivindica terras para além dos limites homologados por meio de retomadas caracterizadas por ocupações das áreas como forma de pressão política. A terra indígena Rancharia foi fruto de uma das retomadas e outras estão em andamento ou sendo planejadas. Entretanto, o povo *Xakriabá* busca retomar práticas culturais e formas de tradicionais de manejo da terra trabalhando por meios de projetos de recuperação de áreas degradadas, recuperação de nascentes e outros mais tendo em vista alcançar melhores condições de subsistência na terra por meio de suas associações indígenas.

Atualmente, há um considerável desconhecimento da população do norte de Minas Gerais das ações ligadas a gestão territorial na Terra Indígena *Xakriabá*. Esse desconhecimento acaba por alimentar formas de preconceitos já existentes na região provenientes do contato interétnico e que geram, frequentemente, no senso comum,

afirmações de que este povo não é mais indígena ou que “lá só tem caboclo...”. Há também afirmações de que o interesse deles pela terra, bem como suas reivindicações e processos de retomada são apenas por oportunismo movido pela lógica da propriedade privada e benefícios individuais e por isso se afirmam indígenas para conquistarem terras e serem incluídos em programas sociais do governo.

Entretanto, A partir do que foi exposto e das informações, mesmo que fragmentadas, da movimentação espacial dos *Xakriabá* identificadas em diversas fontes, podemos situar esses indígenas em um contínuo e longo processo territorial que, a mais de quatro séculos, conta com o vetor colonial e a ocupação do território nacional como mais um elemento além das disputas territoriais entre diferentes povos indígenas. Neste processo, houve uma sucessão de movimentos de desterritorialização e re-territorialização impulsionados e contextualizados com diferentes ondas de exploração econômica do território brasileiro como a frente pastoril e a frente mineradora, em diferentes contextos e momentos. Soma-se, ainda, as disputas de terras com trabalhadores rurais em deslocamento impulsionados por esses ciclos econômicos e por outras questões.

Podemos inferir a respeito da complexidade desses processos territoriais uma vez que, além do embate e das guerras travadas pelos *Xakriabá* com outros povos indígenas, surgem outros sujeitos e agências com os quais dialogam, negociam, entram em embates ou mesmo constroem alianças. Desta forma alguns fatos podem, inclusive, parecer ambíguos como a ocupação não indígena e colonial do território ter se constituído como o principal elemento desterritorializador para esses indígenas ao passo que os *Xakriabá* foram os grandes aliados de bandeirantes para sua territorialização no vale do Rio São Francisco. Embora, neste processo tenham conseguido uma doação de terras no período colonial, posteriormente, parte desse território foi perdido e apenas em momento relativamente recente houve a demarcação da Terra Indígena nos parâmetros da legislação vigente do Estado Nação brasileiro conforme o que foi descrito na parte inicial deste texto.

A terra atualmente ocupada pelos indígenas equivale a um terço da primeira doação concedida em 1728 pelo regime imperial (SANTOS, 1994). Todavia, entre a disparidade da primeira doação de terras com a Terra Indígena demarcada há algumas décadas pelo governo federal, a primeira continua sendo uma referência para os indígenas no sentido de sua luta política por expansão dos seus limites territoriais, ou

seja, sua gradual re-territorialização pautada em referências de espaços anteriormente ocupados pelo grupo, inclusive com o reconhecimento formal da corôa portuguesa.

Os *Xakriabá* estabeleceram uma estratégia geopolítica de re-territorialização a qual denominaram retomada de terra. A partir dessa estratégia conseguiram reconquistar parte do seu antigo território que foi a demarcação da Terra Indígena Rancharia, contígua a Terra Indígena *Xakriabá*, demarcada anteriormente. Essa tática é bastante condizente com o histórico de lutas desse povo por seu território e consiste na ocupação previa das áreas pretendidas, em posse de fazendeiros, como forma de pressão política para a demarcação dessas terras. No presente, existem quatro ocupações no entorno da Terra Indígena *Xakriabá* que se configuram como as retomadas de terra em andamento. Essas áreas são denominadas Morro Vermelho, Licurí, Dizimeiro e a área do córrego Traíras.

A partir das oficinas realizadas com lideranças *Xakriabá* foram produzidos mapas temáticos indicando essas áreas. Em campo tivemos a oportunidade de visitar algumas das ocupações e constatar a precariedade que se encontram as famílias em luta pela regularização fundiária nas retomadas de terra. Alojados em barracos de lona e com poucas provisões alimentícias, vivem sobre constante pressão política e ameaças de morte por parte de fazendeiros e moradores locais. A situação é muito tensa e eventualmente explode da forma de embates e conflitos, resultando inclusive em mortes.

Almeida (2006) relata que desde a década de 1970 os documentos encaminhados pelo grupo para a Funai tinham um caráter marcado por uma unidade política na busca de soluções territoriais, porém eram conduzidos por representantes de localidades distintas. Esta autora ao citar o trabalho do antropólogo Marco Paulo Fróes Schettino, que realizou os estudos de identificação e demarcação das terras em discussão, retoma sua afirmação de que na maioria das vezes um pleito fundiário é encaminhado por “subgrupo” em separado, sem conhecimento dos demais e, portanto, sugeriu que um levantamento de todas as demandas, apresentadas na atualidade como assuntos estanques, indicando a possibilidade de atendimento das reivindicações em conjunto em um único estudo de revisão dos limites das Terras Indígenas já demarcadas.

Ainda de acordo com Almeida (2006) essas demandas fundiárias foram encaminhadas por grupos específicos que não dispõem de terras por terem se afastado da região buscando melhores alternativas de emprego ou aumento da renda familiar em

momentos anteriores, que por razões internas ao grupo ou motivadas por desavenças familiares foram pressionadas a fugir por intimidações de terceiros. A autora afirma que todas as reivindicações fundiárias tem como sustentação a mesma origem étnica e história de constituição da TI *Xakriabá* e TI Rancharia, e que além de constituírem demandas fundiárias podem ser entendidas pela perspectiva ambiental da falta de locais apropriados para cultivos e com disponibilidade de água para consumo e manutenção de criações. Esses argumentos reforçam a sugestão de que as reivindicações sejam encaminhadas como áreas adjacentes a um só território e como demanda de um mesmo povo indígena.

Embora as retomadas sejam impulsionadas por diferentes sub-grupos *Xakriabá*, pode-se afirmar conforme o que observamos em nossas atividades que há o respaldo do povo de forma mais ampla em apoio às retomadas. Isso tem se mostrado de forma mais evidente ao passo que cada vez mais, lideranças da comunidade têm se inserido na política regional sendo que, atualmente, o prefeito de São João das Missões é indígena e trabalha com mais quatro vereadores também *Xakriabá* na referida prefeitura, todos eleitos na última eleição.

O que identificamos nesse trabalho foi uma “geopolítica” de retomadas de terra do povo *Xakriabá*, que se caracteriza por um lado por demandas fragmentadas de subgrupos e por outro pode ser entendido como parte de um processo mais amplo de re-territorialização do povo como um todo. Essas ações se contextualizam, portanto, com um movimento mais amplo dos povos indígenas no Brasil em busca da ampliação dos limites de suas terras, que por terem sido demarcadas em outro momento e contextos políticos não contemplaram, na maioria das vezes, as reivindicações dos povos. Nesse sentido, podemos inferir sobre a proporção e complexidade da questão fundiária das Terras Indígenas no Brasil nesse início de século XXI constituindo assim, um grande desafio para o Estado e para toda sociedade.

Bibliografia

ALBERT, B. Associações indígenas e desenvolvimento sustentável na Amazônia Brasileira. In: *Povos indígenas no Brasil 1996/2000*. Brasília: Instituto Sócio-Ambiental, 2000, p. 197-217

ALMEIDA, Maria Inês de. *Índios Xacriabá: O tempo passa a história fica*, Belo Horizonte: SEE-MG/ Brasília: MEC/ Unesco, 1997. 37 p.

ALMEIDA, Rita Heloísa. *Xakriabá – cultura, história, demandas e planos*. In: Revista de Estudos e Pesquisa. Brasília: FUNAI: CGEP/CGDTI, V.3, n.1/2, 2006.

ATHIAS, R. Temas, problemas e perspectivas em etnodesenvolvimento: uma leitura a partir dos projetos apoiados pela OXFAM (1972-1992) In: LIMA, A. C. S.

HOFFMANN, M. B. (Org.). *Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002, p. 49-86.

BRAND, Antônio. Mudanças e continuísmos na política indigenista pós-1988 In: LIMA, A. C. S. HOFFMANN, M. B. (Org.). *Estado e povos indígenas: bases para uma nova política indigenista II*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002. p. 31-36.

BURSZTYN, Marcel (Org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. 2ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 164 p.

CASTRO, E. Território, biodiversidade, e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, A.C. (Org.) *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: HUCITEC, 2000. p. 165-180.

DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

DURHAM, E. R. O lugar do índio. In: *O índio e a cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 1983

GEERTZ, C. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 366.

HAESBAERT, R. *O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LIMA, A. C. S.; HOFFMANN, M. B. (Org.). *Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.

_____. *Estado e povos indígenas: bases para uma nova política indigenista II*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.

MALINOWSKI, B. *Introdução: o assunto, o método e o objetivo desta investigação*. In: DURHAN, E. R.; MALINOWSKI, São Paulo: Ática, 1986. p. 24-48.

MELATTI, Júlio César. *Índios do Brasil*. São Paulo/Brasília: UNB HUCITEC, 1986.

NIMUENDAJÚ, 1981. Mapa Etnohistórico.

OLIVEIRA, A. R. “*A luta política é uma coisa, a indígena é a história do povo*”: Identidade e fronteiras entre os Índios *Xakriabá* e a Sociedade Regional, 2004. 114 f. Monografia (Graduação) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2004.

OLIVEIRA, João Pacheco (org). *Indigenismo e Territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa. 1998.

RAMOS, Alcida Rita. *Sociedades indígenas*. São Paulo: Ática, 1986. 96 p.

RIBEIRO, D. *O índio e a civilização; integração das populações indígenas do Brasil moderno*. Petrópolis: Vozes, 1979.

SAINT-HILAIRE, Auguste de – *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 2000.

SANTOS, Ana Flávia M. – *Xakriabá: Identidade e História. Relatório de Pesquisa*. In: *Série Antropologia, 167*. Brasília: Departamento de Antropologia. Unb, 1994.

Segunda turma Xakriabá do curso de formação dos professores indígenas de Minas Gerais, *Valorizando o patrimônio cultural Xakriabá documentar para preservar*, Belo Horizonte 2005.

STAVENHAGEN, R. “*Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista*”, Anuário Antropológico/84. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985 p.11-44.

Programa de implantação de Escolas indígenas em Minas Gerais- *povo Xacriabá de olho vivo no espaço onde vive*. Belo Horizonte, 2005, 86 p.

Segunda turma Xakriabá do curso de formação dos professores indígenas de Minas Gerais, *Valorizando o patrimônio cultural Xakriabá documentar para preservar*, Belo Horizonte 2005. ..<http://www.sociambiental.org.br>